

# Ocupação das escolas estaduais: ação direta no enfrentamento às contrarreformas neoliberais na Educação

Júlia Bruschi dos Santos<sup>1</sup>  
Rozinaldo Antonio Miani<sup>2</sup>

## Introdução

O presente artigo<sup>3</sup> tem como objetivo refletir sobre o movimento de ocupação das escolas estaduais, ocorrido entre os anos de 2015 e 2016, como uma resposta de resistência por parte da juventude secundarista ante a ofensiva neoliberal do governo federal na política de Educação Básica, em especial em sua última etapa, o Ensino Médio.

Compreender esse movimento, bem como suas estratégias de ação, requer que contextualizemos o referido movimento, em alguma medida, como desdobramento das Jornadas de Junho de 2013, bem como exige que façamos algumas considerações a respeito do papel do Estado capitalista e de suas principais características em sua fase imperialista.

O grande capital se utiliza de diferentes estratégias para garantir a taxa de lucro da burguesia e o seu pleno funcionamento metabólico, independente de onde sejam necessárias eventuais reformas. Via de regra, “a *tendência ante a crise é de maior desigualdade, desproteção da força de trabalho, desmonte de redes de proteção social por meio da destruição de direitos sociais e trabalhistas*”.<sup>4</sup>

Ancorados no método do materialismo histórico e dialético, argumenta-se que o Estado - enquanto instrumento e produto da luta de classes - tem nas políticas sociais uma potência expressiva de reprodução da força de trabalho. Portanto, quando o próprio movimento de expansão do capital necessita de maior e mais qualificada força de trabalho ampliam-se os direitos e as conquistas sociais. Por sua vez, quando o sistema do capital enfrenta alguma de suas crises cíclicas, faz-se necessária a eliminação de uma parcela da força de trabalho e a precarização das relações de trabalho resultando, nesse caso, na regressão dos direitos e de conquistas sociais.

Ou seja, é diante da necessidade econômica de manutenção das taxas de lucro do capital, fator determinante de constituição da ordem capitalista, que todas as demais dimensões da vida social irão se constituir ou se adaptar. Quando vivenciamos períodos de crescimento econômico, melhores serão as condições de vida da força de trabalho impactando de maneira direta nas políticas sociais. Porém, quando a sociedade

---

<sup>1</sup> Assistente social. Mestre em Serviço Social pela Universidade Estadual de Londrina (UEL).

<sup>2</sup> Doutor em História. Pós-doutor pela ECA/USP. Professor do Departamento de Comunicação da Universidade Estadual de Londrina. Coordenador do Programa de Mestrado em Comunicação da UEL (PGCom/UEL).

<sup>3</sup> Trata-se de versão revista e ampliada de artigo originalmente submetido ao IV Congresso Internacional de Política Social e Serviço Social, realizado em Londrina entre 24 e 27 de maio de 2022.

<sup>4</sup> CARVALHO, Soraia de. Caracterização dos governos pós-golpe de 2016 no Brasil e seus impactos na Educação. In: CARVALHO, Soraia de (Org.). *Contrarreformas na educação e lutas estudantis*. Curitiba: CRV, 2020, p. 16.

capitalista vive seus momentos de crise, declinam-se as condições de vida e atenta-se contra os direitos e as políticas sociais.

Portanto, é no bojo das contradições entre capital e trabalho que emerge a necessidade da formatação de um Estado que, estranho à sua própria origem, se torne capaz de manter a coesão, tendo em vista o bom funcionamento do modo de produção. A esse respeito, Lênin afirma:

O Estado é o produto e a manifestação do **caráter inconciliável** das contradições de classe. O Estado surge onde, quando e na medida em que as contradições de classe não podem objetivamente ser conciliadas. E inversamente: a existência do Estado prova que as contradições de classes são inconciliáveis. (*grifo nosso*).<sup>5</sup>

É esse Estado que organizará, planejará e executará as diferentes políticas econômicas e sociais, tendo sempre como horizonte a fase última de acumulação do capital. Portanto, baseada nas relações estritamente mercantis, o capital tem procurado manter seu processo de acumulação se apropriando de espaços até então pouco explorados, como é o caso das políticas sociais, em específico, as políticas na área da Educação.

Neste sentido, para atingirmos os objetivos deste artigo, buscaremos identificar a conjuntura social, econômica e política que motivou o levante do movimento de ocupação das escolas pela juventude secundarista durante os anos de 2015 e 2016 no Brasil, bem como compreender as medidas instituídas pelo governo Michel Temer (2016-2018) que impactaram incisiva e diretamente a política de Educação e a juventude, demonstrando explicitamente os interesses de um Estado comprometido com o grande capital.

Nesse contexto, que foi marcado pelo movimento de ocupação das escolas estaduais como uma resposta daqueles que são explorados pela lógica do sistema, buscaremos refletir sobre algumas especificidades do referido movimento de ocupação como uma reação às ações do Estado, de modo a subverter a lógica tradicional das escolas e postular a defesa das liberdades democráticas utilizando a ação direta como estratégia organizativa das ocupações, que se manifestou como uma expressão da luta de classes.

### **As Jornadas de Junho de 2013 e seus desdobramentos conjunturais**

Diante de uma crise econômica e política, acentua-se a desigualdade social com a consequente desproteção da classe trabalhadora a partir de retrocessos nos direitos sociais e trabalhistas e do desmonte das políticas sociais. Os reflexos da precarização das condições de vida, do aumento da desigualdade social e da violência incidem na realidade de muitos adolescentes e jovens. Em diversos momentos na história brasileira recente, essa juventude buscou estratégias e mecanismos de resistência frente a tais condições, conforme afirma Soraia de Carvalho: “*Tamanha violência descarregada*

---

<sup>5</sup> LÊNIN, Vladímir Ilitch. *O Estado e a revolução*. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 29.

*sobre os trabalhadores e a juventude oprimida faz fermentar uma forte tendência de luta. Esta tendência vem se manifestando desde as jornadas de junho de 2013, os atos radicalizados contra a Copa em 2014 e nas ocupações de escolas em 2015 e 2016”.*<sup>6</sup>

As Jornadas de Junho, ocorridas no ano de 2013, foi uma importante mobilização social que marcou a história do país, além de ter sido um elemento impulsionador do movimento de ocupação das escolas estaduais, acontecido alguns anos mais tarde. Segundo Carvalho, as explosões sociais conhecidas como “Jornadas de Junho” tiveram início como uma resposta ao aumento nas tarifas dos transportes coletivos em São Paulo, por meio de atos organizados pelo Movimento Passe Livre (MPL), e se espalhou para diversas cidades no país.

Essas mobilizações tomaram grandes proporções e se constituíram a partir de diferentes momentos. Inicialmente, as Jornadas de Junho foram marcadas por pautas direcionadas ao transporte público; a partir do jargão “não é só por 20 centavos” as manifestações se disseminaram pelo país. Porém, posteriormente, elas se tornaram mobilizações de massa incorporando reivindicações de caráter político diverso; ou seja, tais mobilizações também passaram a contar com a participação de outros segmentos sociais, inclusive pertencentes à pequena-burguesia, que integrava os atos e redirecionava suas pautas.

Além do extensivo combate iniciado pela mídia contra as Jornadas de Junho<sup>7</sup>, também podemos apontar outra semelhança com o movimento de ocupação das escolas; assim como as ocupações, as Jornadas de Junho foram manifestações agitadas, mobilizadas e iniciadas por setores de adolescentes e jovens do país. A pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (Ibope) e disponibilizada na pesquisa de Carolina Simões Pacheco (2018, p. 56), expõe alguns dados:

As manifestações foram compostas por homens (50%) e mulheres (50%). Dentre esses, 63% de jovens - 14 a 24 anos (43%) e 25 a 29 anos (20%), sendo maioria que trabalha (76%) e estuda, (52%). André Singer (2013) avalia as manifestações como um processo majoritariamente jovem.<sup>8</sup>

De acordo com André Singer, a primeira etapa das Jornadas de Junho de 2013 foi protagonizada por “trabalhadores, em geral jovens, que conseguiram emprego com carteira assinada no período na década lulista (2003-2013), mas que padecem com baixa remuneração, alta rotatividade e más condições de trabalho.”<sup>9</sup> Foram as experiências

<sup>6</sup> CARVALHO, Soraia de. Caracterização... In: CARVALHO, Soraia de (Org.), *op. cit.*, p. 23.

<sup>7</sup> A mídia combateu fortemente as manifestações logo no seu início, pois enxergava nelas uma ameaça à ordem. Quando percebeu que os ventos das “manifestações” mudaram, ou seja, que a pequena-burguesia também havia se apropriado do movimento, a mídia, a seu modo, passou então a apoiá-las.

<sup>8</sup> PACHECO, Carolina Simões. *Ocupar e resistir: as ocupações das escolas públicas como parte do ciclo atual de mobilização juvenil no Brasil*. 2018. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018, p. 56.

<sup>9</sup> SINGER, André. *Classes e ideologias cruzadas. Novos estudos CEBRAP*, São Paulo, 2013, p. 27.

vivenciadas nos protestos de rua, em 2013, que fizeram emergir alguns aspectos importantes para a compreensão das ocupações das escolas, dentre eles, a aglutinação de adolescentes em “coletivos”, organizações de caráter autonomista e a desobediência civil por meio da ação direta.

Neste sentido, Adrian Januário, Jonas Medeiros e Rúrion Melo apontam que as ocupações nas escolas seriam desdobramentos das manifestações ocorridas em 2013 e ainda identificam três fatores de conexão observados:

1) Uma conexão entre as organizações catalisadoras destes dois processos (o Movimento Passe Livre de São Paulo e coletivo, também autonomista, O Mal Educado); 2) a experiência individual dos secundaristas participando nas ruas ou acompanhando pela mídia e pelas redes sociais os protestos contra o aumento da tarifa dos transportes públicos; 3) a emergência de uma ampla disposição de luta entre os secundaristas, que participaram do apoio às greves de seus professores de 2013 e 2015 e atos descentralizados contra o aumento da tarifa antes dos grandes atos de Junho, demonstrando uma cultura política de defesa democrática de direitos.<sup>10</sup>

As Jornadas de Junho de 2013 são uma das expressões da atualidade dos movimentos sociais<sup>11</sup> e um dos fatores mais importantes que favoreceram a emergência do movimento de ocupações das escolas públicas em 2015 e 2016, marcado pela efervescência e pela revolta dos adolescentes, pela organização do movimento a partir de princípios espontaneístas e pela ação direta como estratégia. Todos esses fatores, aliados à vivência prática das manifestações das Jornadas, na qual muitos dos estudantes participaram ou acompanharam o movimento, nos levam a concordar com a afirmação de Antônia Malta Campos, Jonas Medeiros e Márcio Moretto Ribeiro de que “*o movimento dos estudantes secundaristas pode ser visto como a primeira flor de junho, o primeiro desdobramento pleno dos protestos de Junho de 2013*”.<sup>12</sup>

Apesar de os protestos ocorridos em junho de 2013 terem influenciado o movimento de ocupação das escolas, não podemos deixar de reafirmar que as etapas que se seguiram das Jornadas de Junho, após o momento de atuação protagonista do MPL, contemplaram pautas de caráter político mais genérico e marcadas pela ambiguidade, como por exemplo, “contra a corrupção”. As ruas e as jornadas se tornaram então uma arena de disputa ideológica de divergentes projetos políticos.

Pacheco<sup>13</sup> aponta que a disputa se deu entre aqueles que lutavam pela distribuição de renda e centralização do poder estatal e aqueles que, com uma roupagem democrática, por meio de um discurso contra a “corrupção petista”, defendiam a

---

<sup>10</sup> JANUÁRIO, Adriano; MEDEIROS, Jonas; MELO, Rúrion. Introdução. In: JANUÁRIO, Adriano; MEDEIROS, Jonas; MELO, Rúrion (Org.). *Ocupar e resistir: movimentos de ocupação das escolas pelo Brasil (2015-2016)*. São Paulo: Editora 34, 2019, p. 20.

<sup>11</sup> Conf. SCHERER-WARREN, Ilse. Dos movimentos sociais às manifestações de rua: ativismo brasileiro no século XXI. *Política & Sociedade*, Florianópolis, v.13, n.28, set/dez 2014, p. 13-34.

<sup>12</sup> CAMPOS, Antônia Malta; MEDEIROS, Jonas; RIBEIRO, Márcio Moretto. *Escolas de luta*. São Paulo: Veneta, 2016, p. 15.

<sup>13</sup> PACHECO, *op. cit.*, p. 63.

concentração de privilégios e a hierarquia social. Há que se demarcar que essa pauta se referiu a um momento *a posteriori*, inserido pelos diferentes partidos da direita nacional e que de nada convergiam com a revolta dos secundaristas.

As Jornadas de Junho de 2013 demonstraram a revolta e o protagonismo juvenil, seja essa de cunho contestatório e progressista ou de cunho moral e conservador. Foi a partir de tal movimento que grupos políticos conservadores se construíram e se consolidaram, sendo estrategicamente relevantes para os acontecimentos dos anos subsequentes. Dentre os principais, podemos apontar o surgimento do Movimento Brasil Livre (MBL) e do Movimento Vem Pra Rua (MVPR).

O ano de 2014 marcou a reeleição presidencial de Dilma Rousseff, porém, por sua vez, os grupos de extrema direita ganharam maior visibilidade e apoio da população. A reeleição da presidenta marcou o descontentamento das elites que realizaram atos em diversas cidades do país, convocados pelos movimentos MVPR, MBL e RO (Revoltados Online) e que impulsionaram o processo do golpe de Estado<sup>14</sup>, posteriormente, destituindo do cargo a referida presidenta. Pacheco aponta que os atos frisaram o combate à corrupção e a pauta do *impeachment*.

O ano de 2015 também foi marcado por manifestações importantes nas quais os secundaristas e a população jovem estiveram envolvidos. Dentre eles, o massacre contra o funcionalismo público do estado do Paraná, ocorrido no Centro Cívico da cidade de Curitiba/PR no dia 29 de abril de 2015, que ficou conhecido como “Massacre de 29 de Abril”, “*devido à truculência da Polícia Militar para com os professores e servidores que tentavam impedir a aprovação da proposta do governo*”<sup>15</sup> que alterava o fundo previdenciário do funcionalismo estadual. A manifestação do dia 29 de abril ocorreu no contexto da greve dos servidores e professores do Paraná que havia iniciado no dia 27 de abril, mas que já havia passado, desde fevereiro de 2015, por outros períodos de mobilização e de confronto com as propostas do então governador.

Os estudantes secundaristas e universitários tiveram um papel importante durante o confronto, uma vez que atuaram de forma protagonista na contenção da violência policial, conforme apontado por Pacheco. Há de se demarcar que a luta dos professores e servidores públicos paranaenses contra o governo de Beto Richa (PSDB), que não media esforços para implementar medidas que atacavam os direitos sociais e

---

<sup>14</sup> Utilizamos aqui o termo “golpe”, pois compartilhamos da tese de Michael Löwy quando expõe que: “*o que aconteceu no Brasil, com a destituição da presidente eleita Dilma Rousseff, foi um golpe de Estado. Golpe de Estado pseudolegal, ‘constitucional’, ‘institucional’, parlamentar ou o que se preferir, mas golpe de Estado.*”. LÖWY, Michael. Da tragédia à farsa: o golpe de 2016 no Brasil. In: JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo (Org.). *Por que gritamos golpe?:* para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 64.

<sup>15</sup> TAVARES, Camilla Quesada; MASSUCHIN, Michele Goulart. A cobertura da greve no Paraná pelas redes sociais: uma análise do conteúdo publicado pela página da Gazeta do Povo no facebook. In: GADINI, Sérgio Luiz (Org.). *Coberturas jornalísticas (de)marcadas: a greve dos professores na mídia paranaense em 2015.* Ponta Grossa: Estúdio Texto, 2015, p. 34.

trabalhistas, foi acompanhada de perto pelos secundaristas o que, posteriormente, influenciou a explosão de ocupações no estado do Paraná.

No final do ano de 2015 tiveram início as primeiras ocupações das escolas estaduais no Brasil, acontecidas no estado de São Paulo. No referido estado, os secundaristas protagonizaram o movimento político se opondo às medidas de reorganização da rede escolar que havia sido proposta pelo governo estadual paulista, representado pelo então governador Geraldo Alckmin (PSBD). Posteriormente, no início de 2016, houve diversas tentativas de destituição da presidenta eleita pelo voto popular, Dilma Rousseff (PT).

Nesse período, os adolescentes e jovens também tiveram um protagonismo importante durante o processo de *impeachment*, conforme afirma Pacheco:

Para além da participação civil, em especial da juventude, que se reivindica neoliberal e apoia pautas conservadoras, outra parcela da juventude também mobilizada em 2013 e posteriormente organizada em grupos culturais e artísticos foi importante no processo de *impeachment* de Dilma Rousseff, por se manifestar contrariamente e denunciar o golpe político em curso no país.<sup>16</sup>

Foi neste contexto, diante de uma crise social, econômica e política, que no período de 2013 a 2016 proliferou uma série de manifestações com diferentes pautas e características por todo país. Seja nas Jornadas de Junho em 2013, nos movimentos pró ou contra a reeleição de Dilma Rousseff em 2014, nas greves e manifestações realizadas pelos professores e servidores públicos paranaenses em 2015; em todos estes movimentos, os adolescentes secundaristas marcaram presença acompanhando e participando das manifestações.

Portanto, as experiências vivenciadas por meio de tais protestos e manifestações forneceram subsídios fundamentais para que os adolescentes protagonizassem o movimento de ocupação das escolas estaduais. Para além disso, Carvalho aponta que “*o quadro de deterioração das condições de vida dos trabalhadores, em geral, incide de forma particular sobre a juventude que é mais atingida pelo desemprego, subemprego e precariedade*”<sup>17</sup>. É neste sentido que o contexto de deterioração das condições de vida se tornou um ingrediente importante que perpassou o movimento secundarista.

Entretanto, a motivação dos secundaristas para iniciarem as ocupações se deu, principalmente, a partir da celeridade dos governos em instituírem mudanças no Ensino Médio que impactariam diretamente na realidade dos adolescentes. O ritmo das contrarreformas foi intensificado e não seria diferente com a política de educação, na medida em que a ofensiva neoliberal se expressa pelo “*desfinanciamento da educação pública, fechamento de escolas e maior mercantilização no setor*.”<sup>18</sup>

A partir do exposto, passaremos a abordar as principais medidas propostas pelos diferentes governos e que demonstram o ataque à educação pública, gratuita e de

---

<sup>16</sup> PACHECO, *op. cit.*, p. 72.

<sup>17</sup> CARVALHO, Soraia de. Caracterização..., In: CARVALHO, Soraia de (Org.), *op. cit.* p. 23.

<sup>18</sup> Idem, p. 23.

qualidade e que também fomentaram a participação política dos secundaristas por meio da ocupação das escolas estaduais.

### **Contrarreformas neoliberais na Educação**

A partir de um aprofundamento sobre as relações históricas entre o capital e o Estado é possível constatar que as políticas sociais têm um papel ímpar de mediação no embate entre os interesses dos diversos setores e frações da burguesia e os interesses das classes trabalhadoras.

Também se faz importante destacar que a fase do capitalismo monopolista foi fortemente marcada por novas determinações sociais e políticas, as quais emergiram e se desenvolveram a partir da organização capitalista em monopólios. Com isso, o principal objetivo desde então tem sido a maximização dos lucros por meio do controle do mercado. A esse respeito, Lênin já afirmava que “*o monopólio, logo que tenha se constituído e controlando milhares de milhões, penetra de maneira absolutamente inevitável em todos os aspectos da vida social, independentemente do regime político e de qualquer outra ‘particularidade’*”.<sup>19</sup>

No processo de subordinação do Estado ao capital é possível notar a grande movimentação em busca de novos campos para que o capital possa se valorizar. Tal movimentação se reflete em diferentes campos, em especial, numa ofensiva para a retirada de direitos sociais e trabalhistas e, também, na mercantilização dos diferentes espaços da vida social. Ancorados nas análises de Ernest Mandel, Andrade *et. al*, afirma que “*parte significativa do capital acumulado não consegue se valorizar na produção e passa, então, a penetrar nas esferas de circulação de serviços e da reprodução*”.<sup>20</sup>

Dentre as áreas essenciais da vida social a Educação ocupa lugar estratégico e, justamente por isso, é considerada um elemento importante no processo de acumulação capitalista, principalmente, como expressão da superestrutura por difundir a ideologia burguesa, potencializando a reprodução do atual sistema de classes. Além disso, a Educação se converte em uma mercadoria na medida em que o sistema público de ensino é sucateado por meio do corte de recursos públicos e, com isso, se intensifica a privatização no setor, favorecendo a lógica do mercado.

O fato é que a privatização da Educação no Brasil vem acontecendo “gradativamente”. E é no Ensino Superior que esse processo já está bastante consolidado, sendo disputado por grandes corporações internacionais. É válido que apresentemos, de maneira breve, a mercantilização do Ensino Superior para que possamos, posteriormente, nos atentarmos para o processo de privatização na Educação Básica.

---

<sup>19</sup> LÊNIN, Vladímír Ilitch. *O imperialismo: etapa superior do capitalismo*. Campinas: Associação Brasileira das Editoras Universitárias, 2011, p. 174.

<sup>20</sup> ANDRADE, Priscila Serafim de; et al. Crise, contrarreformas e mercantilização da educação. In: CARVALHO, Soraia de (Org.), *op. cit.*, p. 30.

Desde o início da década de 1990, com mais intensidade a partir do governo FHC (1995-2002), o ideário neoliberal se tornou dominante entre os governantes brasileiros. Nessa perspectiva, era necessária uma reforma gerencial do Estado de modo a “*resgatar a economia financeira e a capacidade do Estado de implementar políticas públicas.*”<sup>21</sup>. E segue o documento que apresenta o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado:

A reforma do Estado deve ser entendida dentro do contexto da **redefinição do papel do Estado, que deixa de ser o responsável direto** pelo desenvolvimento econômico e social pela via da produção de bens e serviços, para fortalecer-se na função de promotor e regulador desse desenvolvimento [...]; reformar o Estado significa transferir para o setor privado as atividades que podem ser controladas pelo mercado (*grifo nosso*)<sup>22</sup>

A transformação do Estado brasileiro para a condição de apenas um regulador do desenvolvimento condiz com a fase em que se encontra o capitalismo mundial. A reforma proposta pelo governo FHC - e mantida nos governos posteriores de forma mais ou menos intensificada - vai ao encontro das diretrizes propostas pelos organismos internacionais em que as reformas no Estado perpassam as políticas sociais mediante reajustes fiscais de superávit primário e que ocasionam uma redução na intervenção do Estado na área social.

Para Andrade, “*o impulso à financeirização da educação, porém, veio de fora. Foi nos anos 1990 que instituições de ensino norte-americanas passaram a ter ações negociadas na Bolsa de Valores*”.<sup>23</sup> E é aí que se verifica a Educação sendo regida pela lógica da concentração de capital, ou seja, da monopolização; afinal, durante o governo FHC, as Instituições de Ensino Superior (IES) privadas aumentaram em 110,8% a sua participação no setor da Educação.<sup>24</sup>

Porém, não podemos deixar de reconhecer que os governos seguintes também foram importantes para a acumulação do capital privado por meio das políticas educacionais. O governo Lula (2003-2010) instituiu, sob a Lei nº 11.096/2005, o Programa Universidade para Todos (Prouni) que oferecia isenções fiscais às entidades privadas, com fins lucrativos, em troca de bolsas de estudo para estudantes de baixa renda. Há de se recordar ainda do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES) que destinava recursos públicos ao financiamento estudantil. Tais medidas apenas reforçavam a centralização e concentração de capitais privados em grandes grupos educacionais.

A esse respeito, indicamos a pesquisa de Scrivano que afirma que “*em 2002 os vinte maiores grupos educacionais do Brasil possuíam 14% do mercado. Ao fim de 2015,*

---

<sup>21</sup> BRASIL. *Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado*. Presidência da República. Câmara da Reforma do Estado. Brasília, 1995, p. 12.

<sup>22</sup> Idem, p. 12.

<sup>23</sup> ANDRADE, Priscila Serafim de; et al. Crise.... In: CARVALHO, *op. cit.*, p. 31.

<sup>24</sup> Conf. ANDRADE, *op. cit.*, p. 32.

doze grupos agregavam 43,9% das matrículas”<sup>25</sup>, o que demonstra a tendência à monopolização.

A pesquisa de Andrade *et. al* também corrobora tal dado quando aponta a trajetória da megacorporação Kroton que, entre 2008 e 2018, cresceu dez vezes e atingiu um faturamento de R\$7,5 bilhões e quase 1 milhão de alunos, comprovando como o capital financeiro opera por trás das grandes marcas. Por meio de um discurso de justiça social e de democratização do acesso, a Educação foi submetida, cada vez mais, às necessidades e às regras do mercado negando sua condição de direito social e sendo operacionalizada enquanto consumo individual.

Este cenário se tornou atrativo ao desenvolvimento de grandes corporações da Educação, como aconteceu com a fusão entre a Kroton e a Anhanguera, em 2016, tornando-se o maior grupo educacional do mundo. Em 2017 foi tentada uma nova fusão com outro grupo, Estácio, que acabou não aprovada no Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). Portanto, o início das barreiras à manutenção das elevadas taxas de lucros já sinalizava a necessidade de se ampliar a fronteira da mercantilização à Educação Básica.

Apesar de tudo isso, foi principalmente no período posterior ao golpe de 2016 que a ofensiva neoliberal atacou com grande força a educação pública básica a partir da instituição da Medida Provisória 746/2016 (MP 746)<sup>26</sup> e do Projeto de Emenda Constitucional 55/2016 (PEC 55). A esse respeito, Salomão Barros Ximenes afirma: “*O golpe parlamentar de 2016 pôs em marcha uma política educacional orientada a rapidamente perenizar retrocessos: ‘teto de gastos’, reformas do Ensino Médio e trabalhista, Base Nacional Curricular Comum, etc.*”<sup>27</sup>

É fato que, anteriormente, a mercantilização da educação pública já vinha se manifestando de outras formas, como aponta Andrade *et. al.*, por exemplo, “*com a venda de sistemas de educação, com apostilas, consultorias, sites, aplicativos, livros didáticos e outros serviços*”<sup>28</sup>. Todavia, discutiremos aqui as duas medidas acima mencionadas, visto que foram estas que impulsionaram as respostas de uma parcela importante da população, culminando no movimento de ocupação das escolas estaduais.

Ambas as medidas reafirmavam a perspectiva do estabelecimento de uma política de austeridade, isto é, da “necessidade” de o Estado capitalista implementar uma política expansionista de cunho privado, operando a partir da desresponsabilização de gastos com políticas sociais e da abertura privatista aos monopólios empresariais da educação.

O Projeto de Emenda Constitucional 55/2016 - posteriormente, transformada em PEC 241/2016 - estabelecia o congelamento de gastos sociais do governo,

<sup>25</sup> SCRIVANO *apud* ANDRADE, Priscila Serafim de; et al. Crise.... In: CARVALHO, *op. cit.*, p. 31.

<sup>26</sup> A MP 746/2016 foi aprovada e, posteriormente, transformada na Lei nº 13.415 de 2017.

<sup>27</sup> XIMENES, Salomão Barros. Contra quem os estudantes lutam?: as ocupações secundaristas no epicentro das disputas sobre a escola pública. In: JANUÁRIO, MEDEIROS & MELO, *op. cit.*, p. 57.

<sup>28</sup> ANDRADE, Priscila Serafim de; et al. Crise.... In: CARVALHO, *op. cit.*, p. 36.

principalmente, nas políticas de saúde e de educação, por um período de 20 anos, demonstrando a nítida intenção do governo de se eximir de sua responsabilidade com as áreas sociais:

Trata-se do congelamento das despesas primárias correntes (despesas públicas da União, reduzindo-a para 12% do PIB), ou seja, um congelamento do Estado Social para proteger o pagamento dos juros e serviços da dívida que, seguramente, seguirá em curva ascendente, e poderá ser redimensionado, a maior, com a assimilação das dívidas dos estados e das incertezas econômicas agravadas pelo efeito Trump.<sup>29</sup>

Associada à referida PEC 55/PEC 241, a Medida Provisória 746/2016 propunha grandes mudanças a serem implementadas na Educação Básica, mais especificamente, no Ensino Médio. Pautada em um discurso baseado na suposta necessidade de mudança diante de um Ensino Médio que não correspondia com a realidade dos jovens atuais, a medida intensifica a desigualdade, a exclusão e o sucateamento do ensino público.

A referida medida apresentava duas principais mudanças: a flexibilização do currículo e a oferta do período integral. Por meio do discurso da possibilidade de escolha do projeto de vida, a MP 746 reorganiza o currículo estabelecendo a Base Nacional Curricular Comum (BNCC) e diferentes itinerários formativos.

Os itinerários formativos foram definidos nas seguintes áreas: I - linguagem e suas tecnologias; II - matemática e suas tecnologias; III - ciências da natureza e suas tecnologias; IV - ciências humanas e sociais aplicadas; V - formação técnica e profissional.<sup>30</sup> A flexibilização do currículo foi argumentada pelo governo federal por meio do documento de exposição de motivos, com a “*perspectiva de ofertar um Ensino Médio atrativo para o jovem, além da liberdade de escolher seus itinerários, de acordo com seus projetos de vida*”. Entretanto, a flexibilização do currículo impede que os alunos tenham contato com todas as disciplinas, visto que a respectiva instituição de ensino não é obrigada a ofertar todos os itinerários. Portanto,

A flexibilização pode ser também desregulamentação, precarização, instabilidade da proteção contra a concentração da riqueza material e de conhecimento, permitindo a exacerbação dos processos de exclusão e desigualdade social. Flexibilizar uma política pode ser também o resultado da falta de consenso sobre ela. Estamos mais uma vez frente a uma equação economicista para pensar a educação, com análises reducionistas e propostas imediatistas.<sup>31</sup>

Outra mudança instituída pela MP 746 tratava da instituição do período integral do Ensino Médio, prevendo um aumento progressivo de 800 horas para 1400 horas.

---

<sup>29</sup> LEHER, Roberto; MOTTA, Vânia; VITTORIA, Paolo. Educação e mercantilização em meio à tormenta política-econômica do Brasil. *Germinal: Marxismo e educação em debate*, Salvador, v.9, n.1, abril/2017, p. 18.

<sup>30</sup> Conf. BRASIL. *Medida Provisória nº 746*, de 22 de setembro de 2016. Presidência da República. Brasília, 2016.

<sup>31</sup> FERRETI, Celso João; KRAWCZYK, Nora. Flexibilizar pra quê? Meias verdades da "reforma". *Retratos da Escola*, Brasília, v.11, ed.20, p. 33-44, 2017, p. 36.

Entretanto, não havia nenhuma indicação de como isso seria feito, mesmo considerando que a aprovação da referida PEC impactaria diretamente no custeio do período parcial, quanto mais com a instituição do período integral.

Todas as mudanças impostas pela MP 746 não consideravam a dimensão universal da Educação e, muito menos, a realidade dos estudantes que frequentam o período noturno nem daqueles que, no contraturno escolar, já haviam iniciado a vida no trabalho a fim de auxiliar no sustento familiar. O que se observa, portanto, é a perspectiva mercadológica, privatista e excludente na educação, “*de viés elitista e reacionário, que retoma a segregação oficial no currículo da educação básica.*”<sup>32</sup>

A referida medida, ainda, abre brechas a outras frentes de mercantilização da Educação Básica quando, em seu artigo 11, permite que “*os sistemas de ensino poderão reconhecer competências e firmar convênios com instituições de educação à distância com notório reconhecimento.*”<sup>33</sup>. Desta forma, é possível afirmar que a MP 746 buscava “[...] *uma desresponsabilização do Estado pela promoção dessa educação, abrindo espaço para várias estratégias de disputa do Fundo Público pelos empresários, através de várias possibilidades de parcerias público/privadas com financiamento público.*”<sup>34</sup>

Portanto, podemos constatar que as contrarreformas impulsionadas pelo governo federal tinham apenas como objetivo aprofundar a desigualdade econômica e intensificar o processo de exclusão, de modo a responsabilizar o indivíduo pelas suas “escolhas”, bem como pelo seu processo formativo. Trata-se, portanto, de uma contrarreforma que tem como objetivo garantir a reprodução ideológica da juventude à lógica do capital.

Entretanto, a contrarreforma não foi bem aceita pela sociedade. Se já não bastasse o teor da própria MP 746 que sucateia e estrangula a Educação Básica pública, a medida foi apresentada e tramitada de forma autoritária e sem qualquer diálogo com a comunidade escolar, ocasionando uma série de manifestações e atos contra a medida que ganharam reconhecimento em nível mundial.

Neste sentido, recorreremos a Marx e Engels quando apontam o processo constante de luta entre burguesia e proletariado, processo que se estende pelos diferentes modos de produção e que se intensificam com advento do capitalismo. Afirmam os referidos autores:

Homem livre e escravo, patricio e plebeu, senhor e servo, mestre de corporação e aprendiz - em suma, **opressores e oprimidos sempre estiveram em oposição**, travando luta ininterrupta, ora velada, ora aberta, uma luta que sempre terminou ou com a reconfiguração revolucionária de toda a sociedade ou com o ocaso conjunto das classes em luta.<sup>35</sup> (*grifo nosso*)

<sup>32</sup> XIMENEZ, *op. cit.*, p. 55.

<sup>33</sup> BRASIL. *Medida Provisória nº 746*, de 22 de setembro de 2016. Presidência da República. Brasília, 2016.

<sup>34</sup> SILVA, Katherine Ninive Pinto. Ensino Médio e a Base Nacional Comum Curricular: o que há de “novo” no velho dualismo educacional brasileiro?. In: CARVALHO, *op. cit.*, p. 70.

<sup>35</sup> MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Penguin Companhia, 2016, p. 44.

É diante desse contexto de disputa que buscamos conceituar o movimento de ocupação das escolas estaduais, ocorrido entre os anos de 2015 e 2016 no Brasil, como um episódio de força e de resistência da juventude. De um lado, governantes a mando do capital, impondo medidas de austeridade e destruindo os mínimos direitos sociais já garantidos em lei; por outro lado, filhos de trabalhadoras e trabalhadores que, por meio da ação direta, travaram uma intensa disputa contra os interesses da grande burguesia.

### **Ocupação: ação direta como movimento de resistência estudantil**

Considerando o contexto social, econômico e político apresentado, bem como as medidas propostas pelo governo federal e suas reais intenções com suas reformas na área da Educação, é preciso também compreender que suas ações não foram aceitas de forma tranquila. Nos processos de luta entre as classes sociais antagônicas na ordem capitalista - ora velada, ora aberta, como mencionado por Marx e Engels -, as estratégias de ação utilizadas pelas classes oprimidas são diversas.

As ocupações das escolas estaduais no Brasil, entre 2015 e 2016, demonstram de forma bastante explícita as estratégias de resistência por parte da juventude secundarista, juventude essa que vem sentindo de maneira contundente os impactos gerados pela crise de decomposição do capital. É fato que o imperialismo e suas diversas crises têm incitado à juventude perspectivas de vida cada vez mais desoladoras, conforme analisa Osvaldo de Souza:

A juventude proletária, seja como filhos e filhas dos proletários assalariados, seja como proletários jovens imersos na produção, seja como força de trabalho potencial, aparece neste texto como uma fração da juventude em geral que merece atenção especial, dado os efeitos da decomposição do sistema social sobre ela, sua destruição física (mortalidade), seu desperdício potencial como força de trabalho (desemprego estrutural).<sup>36</sup>

Enquanto uma categoria social que é perpassada pelas classes sociais, portanto, inserida no contexto da luta de classes, a juventude<sup>37</sup> tem desempenhado um papel histórico e de grande relevância em vários momentos da história da sociedade. Sendo assim, é preciso compreender a juventude enquanto uma categoria social, porém, imersa no modo de produção capitalista e atravessada pelas contradições entre as classes.

Nesta perspectiva, é possível vislumbrar a dimensão histórica da juventude quando uma parcela desses sujeitos sociais ocupou as ruas no Brasil no ano de 2013 durante as Jornadas de Junho. Como já vimos, tal movimento demonstrou a força da juventude durante as manifestações, reafirmando o potencial que esta categoria social possui e que, desde que bem organizada, é capaz de gerar mudanças significativas.

De alguma forma, podemos reconhecer que foi por meio da experiência empírica de muitos daqueles jovens durante os atos e manifestações acontecidos em

---

<sup>36</sup> SOUZA, Osvaldo de. Juventude proletária: entre a classe e a categoria social. In: CARVALHO, *op. cit.*, p. 84.

<sup>37</sup> Segundo o Estatuto da Juventude (Lei nº12.852 de 5 de agosto de 2013), são considerados “jovens” aqueles que possuem entre 15 e 29 anos de idade. Além desta legislação, os secundaristas também são amparados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), uma vez que se define enquanto adolescente aqueles que têm entre 12 a 18 anos de idade.

2013 que a ocupação das escolas foi gestada. Entretanto, é preciso lembrar que o principal influenciador para que o processo de ocupação das escolas acontecesse foi o movimento que ficou internacionalmente conhecido como “Revolta dos Pinguins”<sup>38</sup>. Em 2006 e 2011 os secundaristas chilenos - também conhecidos por “pinguins” em razão das cores de seus uniformes -, tomaram as ruas do Chile e ocuparam as escolas do país, tendo como principais itens de reivindicação: gratuidade do exame de seleção para universidades; passe escolar gratuito e sem restrição de horários para transporte municipal; melhoria e aumento da merenda escolar; e reforma das instalações sanitárias em mau estado em muitas escolas.<sup>39</sup>

Durante meses os estudantes chilenos montaram acompanhamentos e tomaram os prédios das escolas no Chile e ficavam durante o dia e a noite em vigília como forma de protesto até que suas reivindicações fossem atendidas. As manifestações no Chile, em 2006, ganharam a imprensa internacional diante de sua grande proporção, bem como de sua estratégia e dinâmica. As experiências vivenciadas no Chile foram registradas e transcritas em uma cartilha intitulada “Como ocupar um colégio”.

A cartilha foi traduzida pelo Coletivo Mal-Educado<sup>40</sup>, um ator coletivo bastante importante para que as ocupações no Brasil acontecessem. O Mal-Educado, coletivo de caráter anarquista, catalizou a movimentação que já vinha sendo desenvolvida pelos secundaristas proporcionando, conforme Antônia Malta Campos; Jonas Medeiros e Márcio Moreto Ribeiro uma “*virada tática das manifestações de rua à ocupação das escolas*”<sup>41</sup>. Portanto, é necessário reconhecermos a importante influência do referido coletivo durante o processo de organização e de manifestação dos estudantes secundaristas.

A cartilha, traduzida pelo Coletivo, uma espécie de manual, explicitava os princípios básicos e as tarefas necessárias para realizar uma ocupação, discorrendo sobre o movimento acontecido em 2006 no Chile, além de pontuar um plano de ação de como uma ocupação deveria ser organizada:

Nossa estratégia deve nos permitir vencer a luta por uma educação pública, gratuita e de qualidade. **As ocupações massivas de colégios são uma das ferramentas dentro dessa estratégia.** Para ganhar, todos devem saber o porquê brigamos, quando devemos atacar, quando é preciso recuar e quando é preciso dispersar. Se nunca atacamos, não seremos ouvidos, mas se também

---

<sup>38</sup> Deixamos aqui como sugestão para uma maior compreensão da Revolta dos Pinguins, acontecida no Chile, o documentário de Carlos Pronzato que retratou o movimento, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=kYzkDql56yw>

<sup>39</sup> Conf. ZIBAS, Dagmar Maria Leopoldi. "A revolta dos pinguins" e o novo pacto da educação chileno. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v.38, ed.13, p. 199-408, 2008.

<sup>40</sup> O coletivo surgiu a partir de experiências de lutas entre alunos de uma Escola Estadual do Sul de São Paulo, grêmios de colégios particulares da capital e grêmios de Escolas Técnicas Estaduais.

<sup>41</sup> CAMPOS, MEDEIROS & RIBEIRO, *op. cit.*, p. 79.

não dispersamos no momento certo, vamos nos isolar e desgastar, e não conseguiremos o que queremos.<sup>42</sup> (*grifos nossos*)

O movimento de ocupações das escolas estaduais ganhou repercussão nacional - e até mesmo internacional - devido ao grande número de escolas ocupadas em todo o Brasil. Durante o período de um ano, as ocupações se espalharam por todo o território nacional com intensidades diversas dependendo de cada região. “*Quase trinta escolas foram ocupadas tanto em Goiás quanto no Ceará, cerca de oitenta no Rio de Janeiro e cerca de 150 tanto em Minas Gerais quanto no Rio Grande do Sul.*”<sup>43</sup>. Entretanto, o epicentro das ocupações aconteceu no estado do Paraná onde quase 850 escolas estaduais foram ocupadas, podendo ser considerado como o segundo maior movimento de ocupação de escolas, atrás apenas do movimento acontecido no Chile.

Adolescentes e jovens, predominantemente entre 15 e 18 anos, ocuparam as escolas de forma literal. Durante semanas e, em algumas escolas, até meses, os secundaristas realizaram a autogestão do espaço escolar. Desenvolveram as mais variadas atividades necessárias dentro de uma escola, fizeram sua própria comida, coordenaram aulas públicas, debates, oficinas e atividades culturais, além de defenderem suas reivindicações em atos públicos e junto aos deputados e senadores.

Por meio de um processo dialético, em que os estudantes secundaristas buscavam meios e formas para preencher o cotidiano das ocupações, os sujeitos sociais protagonistas do movimento também foram se constituindo e se reconhecendo durante todo o processo. Essa constatação pode ser percebida a partir da constante movimentação dos estudantes para realizar as atividades culturais, políticas e formativas:

Apresentações artísticas (batalhas de rap, exibição de filmes, peças de teatro, saraus literários, shows musicais e de talentos), atividades físicas, aulas e aulões (estas últimas voltadas para o vestibular ou o ENEM), debates e cine-debates, oficinas (de artesanato, cartazes, dança, estencil, fanzine, fotografia, lambe), palestras, prestação de serviços para a comunidade, reuniões com os pais e rodas de conversa. Os conteúdos também foram extremamente variados: defesa pessoal, dívida pública, feminismo, gênero, libras, preconceito, racismo, sexualidade, transporte público, dentre muitos outros.<sup>44</sup>

Neste sentido, o que se pode observar durante as ocupações foi um movimento bastante peculiar em sua dinâmica de organização, bem como em sua estratégia de ação. A organização interna do movimento foi um aspecto bastante importante e que chamou a atenção da população e da imprensa. Tendo como horizonte as liberdades democráticas e a participação de todos os secundaristas envolvidos, as ocupações eram compostas por diferentes comissões; dentre as básicas estavam as comissões de comida, segurança, imprensa, informação, limpeza e relações externas.<sup>45</sup>

---

<sup>42</sup> O MAL-EDUCADO. *Como ocupar um colégio?* Manual escrito por estudantes secundaristas da Argentina e Chile. 2015. Disponível em: <https://gremiolivre.files.wordpress.com/2015/10/como-ocupar-um-colic3a9gio.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2020.

<sup>43</sup> JANUÁRIO, MEDEIROS & MELO, *op. cit.*, p. 19.

<sup>44</sup> *Idem*, p. 22.

<sup>45</sup> Conf. O MAL-EDUCADO, *op. cit.*

Cada comissão tinha sua função específica e essencial dentro das ocupações; tratava-se de uma forma prática de organização do espaço e da ocupação. Entretanto, como as tarefas seriam realizadas a partir das comissões, as decisões sobre quem desempenharia qual atividade, bem como as decisões sobre os próprios rumos do movimento, eram discutidas e deliberadas entre todos os membros da ocupação. O movimento funcionava em um processo de autogestão. A defesa pelas liberdades democráticas era bastante visível, pois todos os assuntos pertinentes à ocupação, até as questões mais básicas, eram discutidos nos espaços de assembleia:

É primordial e “obrigatório” que se discuta como se organizará todo o processo de ocupação, para garantir que todas as tarefas sejam cumpridas no prazo e da forma proposta, sempre respeitando a democracia direta [...]. O mais prático e recomendável é que a assembleia geral nomeie comissões para cada tema específico, que fiquem responsáveis por supervisionar e cumprir as tarefas designadas para elas.<sup>46</sup> (*grifos nossos*)

Um dos aspectos peculiares do movimento foi a defesa e luta pela democracia direta, garantindo o respeito pela liberdade de opinião de cada secundarista que compunha o movimento. As ocupações tinham como órgão mais importante as assembleias e, portanto, os assuntos pertinentes à ocupação deveriam ser tratados e discutidos na assembleia. Estes espaços deveriam ser ocupados não só pelos estudantes mais experientes, mas sim, por todos aqueles que participavam da ocupação, onde aprendiam a construir, coletivamente, pautas, demandas, atividades e distribuição de tarefas. Nesse sentido, o movimento de ocupação das escolas estaduais proporcionou à juventude estudantil a vivência de uma verdadeira participação política.

Outro aspecto bastante peculiar do movimento foi a estratégia encontrada pelos secundaristas para serem ouvidos, tanto pela população quanto pelos governantes e pela mídia, neste caso, inclusive, para evitar análises distorcidas sobre o movimento e suas reivindicações<sup>47</sup>. É válido salientar que antes de as ocupações acontecerem, os jovens secundaristas já vinham se mobilizando de diferentes formas com o intuito de se contrapor às medidas propostas pelo governo federal que, como já tratamos, não tinha interesse algum em melhorias na rede pública de ensino.

Foram diversas as estratégias utilizadas pelos secundaristas como forma de oposição ao governo: abaixo-assinados, abraços coletivos, passeatas, manifestações de rua e trancamento de avenidas, ou seja, desde estratégias mais pacíficas até estratégias mais radicais, conforme relatam Campos, Medeiros e Ribeiro:

A disposição de luta dos estudantes já se desdobrava, desde o início, em um repertório variado de formas de protesto, desde uma demonstração como um abraço coletivo até táticas mais radicais, como o ato de colocar fogo em entulho e bloquear ruas. Enquanto a ineficácia destas táticas ficava cada vez

---

<sup>46</sup> Idem.

<sup>47</sup> SANTOS, Júlia Bruschi dos. *Ocupar e resistir: a cobertura da imprensa paranaense diante da ação política do movimento secundarista de ocupação das escolas estaduais em 2016*. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Política Social) - Centro de Estudos Sociais Aplicados, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2022.

mais evidente, a ocupação das escolas já estava espreitando a mente dos estudantes<sup>48</sup>

Entretanto, a intransigência dos governantes passou por cima de qualquer forma de manifestação e de opinião dos secundaristas, impondo as medidas e não abrindo espaço para a discussão. Desta forma, a cada decisão do governo não restava outra opção que não fosse a de ocuparem de forma literal o espaço público das escolas como uma forma de serem ouvidos e de serem considerados em suas reivindicações. *“Uma ocupação é sempre o último recurso, depois que todos os canais de diálogo e as outras formas de luta tiverem se esgotado.”*<sup>49</sup>

Portanto, a ação direta se tornou a estratégia possível para que os secundaristas pudessem ter suas pautas consideradas. Tendo na ação direta o princípio e o método do protagonismo do povo auto-organizado, as ocupações das escolas públicas estaduais conquistaram os secundaristas e fizeram com o que o movimento eclodisse.

É a partir de então que a ação direta - enquanto uma manifestação da luta de classes, aliada à defesa das liberdades democráticas que colocavam em questão as condições para se exercer a cidadania -, subverteu a lógica escolar tradicional e demonstrou que era possível construir espaços escolares mais democráticos e de maior participação da juventude. Além disso, também denunciava o sucateamento do Ensino Médio público que se acentuava com as medidas propostas pelo governo federal, e que também escancarava as portas para a mercantilização da Educação.

Enfim, expostos de modo bastante breve, estes foram os principais motivos que levaram as ocupações das escolas estaduais por parte dos estudantes secundaristas a serem tão reprimidas, pois além de denunciar a intenção do governo federal de ampliar a mercantilização da Educação, também estimulava a utilização e aplicação da ação direta como forma estratégica de organização e de atuação política; sendo assim, caso o governo não reagisse e reprimisse o movimento, o povo auto-organizado poderia reproduzir essa estratégia em outros momentos explicitando os processos mais intensos da luta de classes.

### **Considerações finais**

Ao analisarmos o movimento de ocupação das escolas estaduais acontecido entre os anos de 2015 e 2016 no Brasil, pudemos observar que, predominantemente, este movimento se estabeleceu para lutar contra a reforma educacional proposta pelo governo Michel Temer. Para tanto, traçamos uma análise a respeito das mudanças acontecidas no modo de produção capitalista, bem como sobre a crise pela qual esse sistema vem passando e que demanda sua expansão para outros campos para poder manter seus níveis de lucratividade.

Neste sentido, constatamos que as medidas propostas pelo governo federal, tanto a PEC 55/PEC 241 quanto a MP 746, estão em consonância com o momento de

---

<sup>48</sup> CAMPOS, MEDEIROS & RIBEIRO, *op. cit.*, p. 53-54.

<sup>49</sup> O MAL-EDUCADO, *op. cit.*

crise estrutural do capital e seus respectivos desafios. A PEC, por meio do congelamento dos gastos públicos, principalmente, nas áreas da saúde e educação, tem como objetivo a redução do Estado em sua área social e a destinação de recursos financeiros para o pagamento de juros da dívida.

Associado à PEC, a MP 746 - que posteriormente foi aprovada e transformada em lei - abre grandes brechas à privatização do Ensino Médio e ainda desresponsabiliza o Estado no cumprimento e execução da Educação Básica, consolidando uma proposta de mercantilização da referida etapa da Educação Básica. Essa proposta, além da desresponsabilização do Estado e da mercantilização de um dos direitos básicos e fundamentais de um povo, ainda aprofunda a exclusão e a desigualdade ao não considerar os estudantes trabalhadores, principalmente, aqueles que estudam no período noturno. No limite, tais medidas demonstram o caráter do Estado burguês enquanto garantidor da lógica mercantil e privatista que não mede esforços para conquistar novos campos com o intuito de manter as altas taxas de lucro do capitalismo imperialista.

Ao examinarmos o movimento de ocupação das escolas por parte dos estudantes secundaristas, enquanto um movimento que mobilizou as forças sociais da juventude contra as ofensivas do capital, foi possível perceber que os jovens, em sua maioria entre 15 e 18 anos, buscaram diferentes estratégias para serem escutados pela sociedade e pelos governantes diante da intransigência e da truculência utilizada pelo Estado para aprovar suas “medidas de austeridade”.

Em defesa das liberdades democráticas e da construção de um movimento em que todos pudessem participar de forma literal, as ocupações foram se espalhando Brasil afora e engajaram muitos secundaristas; afinal, era possível subverter a lógica e construir uma escola participativa, uma escola democrática. A ação direta - utilizada enquanto estratégia do movimento - possibilitou as condições para que o exercício da liberdade dos jovens fosse exercido, decidindo desde questões mais práticas da ocupação até a defesa de suas pautas.

Enquanto uma manifestação da luta de classes, a ocupação das escolas mostrou a potência e a força dos jovens secundaristas para a luta contra um governo alinhado aos organismos internacionais e a serviço do grande capital. Ademais, o movimento demonstrou também a potencialidade da ação direta como uma forte estratégia de resistência à ordem social, evidenciando o potencial revolucionário da ação direta em face de um Estado que atua incisivamente na perspectiva da retirada de direitos - que, nesse caso, se voltou contra as políticas educacionais - com o propósito de atender às necessidades prementes do capital.

Artigo recebido em 31.8.2022

Aprovado em 14.9.2022